Nome, instituição, morada e e-mail do primeiro autor: Martins, Dulce; Agrupamento de Escolas Professor Egas Moniz, Av.^a Azedo Gneco, 2745-727 Massamá; dulcemartins24@portugalmail.pt

Nome de quem apresentará a comunicação: Martins, Dulce

Nomes e instituições dos co-autores: Carvalho, Carolina; Departamento de Educação e Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Modo preferencial de apresentação: oral

Título da comunicação: Posso mentir? Perspectiva de crianças

Tema: Desenvolvimento Humano

Resumo: O nosso estudo centra-se na temática da mentira em crianças. Este estudo foi levado a cabo numa escola do ensino básico, no distrito de Lisboa, com crianças entre os 10 e os 14 anos de idade.

O objectivo principal do presente estudo foi compreender o que as crianças nestas idades reconhecem como mentira. Investigámos a opinião de algumas crianças (N=93) acerca de como definem uma mentira, se é ou não aceitável mentir e se um mentiroso merece castigo como consequência da sua mentira. Para realizarmos este trabalho optámos por uma investigação de carácter qualitativo e interpretativo, através de um questionário em formato de resposta aberta, constituído por quatro histórias, adaptadas de estudos anteriores de Piaget (1932).

Os resultados obtidos neste estudo mostram que um número de estudantes reconhece a noção de uma mentira de um modo realista. Contudo, há também uma percepção mais

elaborada acerca de uma mentira, que se associa com a intenção de enganar ou prejudicar outros.

A maioria das respostas dos alunos participantes revela juízos de responsabilidade subjectiva, o que nos sugere que as mentiras foram entendidas como intencionais. A maior parte dos participantes justificaram a aceitação de uma mentira ou a permissão do seu uso como uma falta moral, o que revela desonestidade, podendo ter consequências para a vítima de uma mentira. Também notámos que os alunos participantes pensaram que os personagens nas quatro histórias mereceram a punição, tendo esta sido vista como uma medida preventiva e que, de um ponto de vista do raciocínio moral, as crianças formulam o seu sentido de justiça atendendo às intenções dos personagens.

Palavras-Chave

Crianças, Desenvolvimento Moral, Mentira, Educação

Abstract

Our study is centered on children lie theme. We carried it out in elementary school of Lisbon district, with children between 10 to 14 years old.

The aim of the current study was to understand what children in these ages recognize as a lie. We have thus investigated, in the participating students (N= 93) how these children define a lie, if it is or is not acceptable in their point of view and if a liar deserves punishment as a consequence of a lie. To achieve this, we carried out a qualitative and interpretative investigation where, through an open questionnaire with four stories adapted from previous work by Piaget (1932).

The results obtained in the current study show that a number of students recognize the notion of a lie in a realistic way. However, there is also a more elaborate perception of a lie, which is associated with the intention to deceive or harm others. The majority of the answers from the participating students reveal judgments of subjective responsibility, which suggests that the lies were understood to be intentional. Most participants justified the acceptance of a lie or the allowance of its use as a lack of morals, which reveals dishonesty and may have consequences for the victim of a lie. We also noted that the students thought that the characters in the four stories deserved punishment, which was seen as a preventive measure.

Our data collected allowed us to conclude that, from a moral point of view, children independently formulate their sense of justice paying attention to the intentions of the characters.

Key-Words

Children, Moral Development, Lie, Education

Introdução

No âmbito da educação o desenvolvimento moral é um domínio crucial e a *mentira* um conteúdo deste desenvolvimento. Assim foi nossa intenção investigar a temática da mentira em contexto escolar. A preocupação com o estudo do desenvolvimento moral não é recente, sendo este um tema que permeia estudos de psicólogos, filósofos e pedagogos, entre outros investigadores que se deixaram envolver por este domínio de estudo. Na psicologia o desenvolvimento moral da criança tem sido estudado

fundamentalmente em termos cognitivos, nomeadamente em termos de juízo e raciocínio moral (Kohlberg, 1984; Piaget, 1932).

Diante deste tema, há trabalhos científicos (e.g. Vivar, 2002) que referenciam a existência de duas correntes ou posições teóricas contrárias. Isto é, por um lado há autores que afirmam que as crianças mentem desde tenra idade. Por outro lado, há os que deduzem que de acordo com as características evolutivas das crianças, essencialmente no decorrer da primeira infância, não faz sentido considerar que uma criança tem capacidade para mentir.

Num trabalho anterior (Martins, 2007), e que agora apenas mostraremos uma pequena parte, optámos por apresentar algumas das teorias e justificações que os investigadores do tema manifestam em relação à criança ser capaz de mentir assim que começa a proferir as primeiras palavras. A fonte de inspiração desse trabalho reside na teoria de Piaget, em especial na sua obra *O Juízo Moral na Criança* (Piaget, 1932).

Enquadramento Conceptual

Várias são as designações que se apresentam ao conceito mentir-mentira. Piaget (1932), foi um dos primeiros autores a interessar-se por este conceito. Nos anos trinta analisou a questão da mentira, investigando a natureza dos juízos e das avaliações em situações de infracção: pelas consequências (responsabilidade objectiva) e pelas intenções (responsabilidade subjectiva). Neste trabalho, o autor suíço utilizava o método a entrevista clínico, começando por pedir uma definição de mentira à criança ("o que é uma mentira?").

Segundo Piaget (1932), numa primeira fase (antes dos 6 anos), as crianças definem a mentira como “palavras feias”, sendo esta uma “definição puramente realista” (p.107). Mais tarde (entre os 6 e os 10 anos), as crianças definem a mentira mais objectivamente, como “qualquer coisa que não é verdadeira” (p. 109-110), onde a mentira é tida como “uma afirmação que não está de acordo com a realidade” (p. 107). De acordo com o autor, esta definição de mentira só é possível dado que nesta fase a criança já consegue identificar um erro involuntário de um erro intencional. Deste modo, “se os mais pequenos consideram as mentiras tanto piores quanto mais inverosímeis, os grandes, pelo contrário, julgam que a mentira é tanto mais grave quanto mais verosímil for” (Piaget, 1932, p.128). As respostas manifestam juízos de responsabilidade objectiva quando a intenção não é tida em conta, são avaliadas apenas do ponto de vista objectivo (a inverosimilitude da mentira). As respostas manifestam juízos de responsabilidade subjectiva quando a mentira é mais intencional (a verosimilitude da mentira).

As respostas obtidas pelas crianças, neste tipo de metodologia, permitiram a Piaget identificar três etapas no modo como as crianças avaliam a mentira: a) a mentira é algo de mal porque é objecto de sanção; deixa de ser mal se suprimirem as sanções; b) a mentira é um mal em si mesma, e, continua a ser mal se suprimirem as sanções; c) a mentira é mal, na medida em que se opõe à amizade mútuas e à confiança, ou seja, porque é contrária à reciprocidade e ao respeito mútuo, as crianças que compreendem o carácter anti-social da mentira já não dizem simplesmente que não se deve mentir “porque é feio” ou “porque nos castigam” (Piaget, 1932). Devido ao sentido de cooperação entre crianças e aos progressos do raciocínio cognitivo (entre os 6-12 anos), que se torna reversível e mais dinâmico, a consciência da mentira interioriza-se

progressivamente, traduzindo a responsabilidade subjectiva, através da qual a criança percebe de imediato o que é errar intencional ou involuntariamente.

Segundo Stott (2005), os motivos que levam as crianças a mentir são precisamente os mesmos dos adultos que lhes servem de modelos. As crianças recorrem à mentira para evitar os castigos e as consequências não desejadas, para tomar vantagem em determinadas situações, para incrementar a sua auto-estima, para demonstrar poder ou para proteger um amigo.

Um estudo de Wilson e colaboradores (2003) corrobora a ideia de que as crianças mais novas também mentem, embora o façam de uma forma simples e pouco elaborada, “como por exemplo, culpam os irmãos pelos seus próprios erros e o conteúdo das mentiras destas crianças mais novas é plausível, tal como o conteúdo das mentiras dos irmãos e irmãs mais velhas” (p. 38). Todavia, estes autores, neste estudo, afirmam que:

“diferenças no desenvolvimento foram encontradas no grau de sofisticação das mentiras. Isto é, as crianças mais velhas disseram mais mentiras consistentes em termos de complexidade e elaboração do que as crianças mais novas” (p. 38).

Na opinião dos autores citados a mentira é considerada como um acto intencional que alimenta as funções sociais, seguindo regras de carácter particular em contextos socioculturais. Podemos perceber que as crianças aprendem a mentir através das pessoas que os rodeiam, de acordo com as características inerentes aos seus contextos socioculturais.

Pais e educadores são responsáveis por ensinarem às suas crianças formas subtis de suprimirem a sua honestidade. Se por um lado, a mentira pode ser vista como uma falta de honestidade, tendo em conta a perspectiva moral da mentira, onde a mentira é tida

como algo errado que viola a “Regra da Cooperatividade” e como tal pode providenciar danos através de informações erradas, por outro lado, há mentiras que são socialmente permitidas, sendo estas as que têm a função de ajudar alguém. Podemos então afirmar que as mentiras podem ser distinguidas dos erros, das brincadeiras e das pretensões que os sujeitos queiram fazer chegar até ao ouvinte (Wilson *et al.*, 2003). A capacidade de distinguir uma mentira de um erro ou de uma brincadeira é, de acordo com Perner (1997), proficiente na criança a partir dos cinco anos de idade. Deste modo e segundo o autor referido, as crianças a partir dos cinco anos entendem o carácter imoral presente na mentira, distinguindo-o dos erros, das brincadeiras que são ou não intencionais, da ironia ou do sarcasmo.

Opção Metodológica e Procedimento

Para a realização deste trabalho, fruto de uma investigação mais abrangente (Martins, 2007), foi nossa opção metodológica a investigação qualitativa e interpretativa, onde procurámos chegar a uma compreensão da problemática em estudo, concretamente, compreender o que as crianças nestas idades reconhecem como mentira e qual a sua aceitabilidade.

Um pouco à semelhança do trabalho de Piaget (1932), já mencionado, a aplicação do nosso questionário contou com a presença da investigadora nas quatro turmas inquiridas, onde houve o cuidado de ler as quatro histórias de forma clara e pausada, assegurando o entendimento de todos os significados e facilitando o esclarecimento dos alunos participantes, bem como de os por à vontade para poderem revelar, por escrito, as suas opiniões verdadeiras. O objectivo na recolha dos dados era que os questionários fossem

preenchidos pelos próprios sujeitos participantes, uma vez que optamos por perguntas em formato de resposta aberta. Deste modo, tendo presente a temática desta investigação e de acordo com os professores titulares das quatro turmas dos sujeitos participantes, a aplicação do questionário teve lugar nas aulas de formação cívica, servindo este momento não só como recolha de dados, mas também como uma oportunidade para discussão com os alunos em aulas procedentes a temática da mentira.

Análise e Discussão de Resultados

A análise e a discussão dos resultados obtidos são feitas, tendo em conta como as crianças definem uma mentira, se é ou não aceitável mentir e se uma pessoa que mente merece um castigo como consequência da sua mentira, ou seja, de acordo com as seguintes categorias: (1) definição da mentira; (2) intenção da mentira; (3) avaliação do conteúdo da mentira. O critério que presidiu à transcrição das frases dos nossos participantes para as Tabelas, a seguir apresentadas, foi o de agrupar por semelhança de conteúdo as justificações dadas pelos alunos, a cada uma das perguntas do nosso questionário em formato de resposta aberta (Bardin, 1977).

Definição da mentira

De acordo com a Tabela 1 e à semelhança de estudos de Piaget (1932), a maioria dos participantes, entre os 10 e os 14 anos de idade, define a mentira como “não dizer a verdade” ou “ser uma coisa muito feia”.

Tabela 1. *Frequência da definição de mentira dos sujeitos participantes*

Definição de mentira	Ano de Escolaridade		Total
	5º ano	6º ano	

8

	(*)10	11	12	11	12	13	14	
“não dizer a verdade”	4	8	1	6	15	5	0	39
“enganar uma pessoa”	3	8	1	0	3	0	0	15
“uma desilusão”	1	0	0	0	0	0	0	1
“é uma coisa muito feia”	2	0	0	0	3	0	0	5
“é não ter confiança”	1	0	0	0	0	0	0	1
“...é uma coisa muito grave”	5	7	1	0	2	2	0	17
“...é alguém ter feito alguma coisa muito má e não querer ser castigado, então para se safar mente.”	0	1	0	0	0	0	0	1
“... é uma maldade que se diz para gozar com alguém ou conseguir alguma coisa que se quer muito”	0	2	0	0	1	0	0	3
Total (por idades)	16	26	3	6	24	7	0	82
Total (por ano de escolaridade)	45			37				

* idade em anos

Esta noção de mentira é considerada por este autor como “totalmente realista”, ou seja, desprovida de intenção, sendo “(...) algo que não está conforme a realidade, independentemente da sua intencionalidade” (Piaget, 1932, p. 113). De acordo com o mesmo autor, a partir dos oito anos a criança começa a ter uma definição mais avançada de mentira e uma maior consciência sobre o que é uma mentira, estando esta associada não só à falta de verdade como também a uma intenção de prejudicar terceiros. O mesmo nos é sugerido por Stott (2005, p. 9), quando nos lembra que as crianças, nestas faixas etárias, entre os oito anos, já entendem “os efeitos que uma falsa mensagem pode ter (...)”. Nomeadamente, através das consequências que a mentira pode ter para a pessoa que a sofre, mais do que pela intenção de quem recorre à utilização da mentira. No presente estudo há 15 participantes, entre os 10 e os 12 anos, que definiram a mentira como sinónimo de “enganar uma pessoa”, o que nos faz perceber que estes

sujeitos participantes têm já uma noção mais elaborada do que é uma mentira e do ensejo que esta tem para o erro.

Aceitabilidade da mentira

De acordo com Crossman e colaboradores (2006, p. 703) a mentira pode assumir-se como “um aspecto comum e frequente das interações sociais”. É evidente que esta visão sobre a mentira nos leva a perceber que o acto de mentir é reconhecido socialmente pela sua necessidade, ou seja, todos sabemos, inclusive as crianças (que se habitam a observar os adultos), que há circunstâncias onde é inevitável omitir certos factos ou de contar a história “à sua maneira”, isto é, de se ser menos honesto e onde normalmente se empregam mentiras de carácter inofensivo (e.g. “diz que eu não estou!”, quando o telefone toca). Em geral, as razões morais para se tolerar mentiras estão relacionadas com o evitar conflitos ou consequências de determinados actos.

Na permissão do uso da mentira, ou seja na aceitabilidade da mentira está nitidamente implícito o juízo moral que cada um tem sobre determinada situação. Ilustramos este assunto com a Tabela 2 a seguir apresentada e analisada.

Tabela 2. *Frequência das justificações que os sujeitos participantes atribuíram à aceitabilidade da mentira*

Aceitabilidade da mentira	Ano de Escolaridade							Total
	5º ano			6º ano				
	(*)10	11	12	11	12	13	14	
"Sim, porque hoje em dia já ninguém dá castigos"	2	0	0	0	1	0	0	3
"Não, porque é feio mentir"	1	12	0	0	5	3	1	22
" Às vezes, porque mentir pode ser muito mau, mas às vezes pode ser bom, para	2	0	0	0	0	0	0	2

esconder coisas muito graves"								
"Não, porque é muito mau"	18	2	2	3	11	2	0	38
"Não, porque deve-se ser honesto com as pessoas."	5	10	1	0	8	1	0	25
"Sim, às vezes é bom mentir porque os adultos mentem muito"	0	0	0	0	1	0	0	1
"Não porque às vezes estamos a magoar os sentimentos de outras pessoas"	0	0	0	0	0	2	0	2
Total (por idades)	28	24	3	3	26	8	1	93
Total (por ano de escolaridade)	55			38				

* idade em anos

Podemos perceber, através da Tabela 2, que a maioria dos nossos sujeitos participantes nos sugerem que não se deve mentir, seja em que situação for "... porque é feio mentir", onde nos é permitido inferir que esta ideia pode estar relacionada com o que se **promove** moralmente à criança sobre o acto de mentir, isto é, nas palavras de Stott (2005, p.9) "nunca se deve dizer uma mentira, porque (...) irão sempre descobrir que era mentira". Para além disto, "Não, porque é muito mau". Aqui manifestamente há uma conexão às possíveis consequências que a mentira pode ter, o que é elucidado pela resposta de dois participantes, com 13 anos, quando dizem "Não porque às vezes estamos a magoar os sentimentos de outras pessoas".

A falta de honestidade também foi divulgada claramente por 25 alunos, a maioria com 11 e 12 anos, que disseram que não se deve mentir "...porque deve-se ser honesto com as pessoas". Embora nestas respostas seja evidente que mentir assume um carácter marcadamente desonesto, o que de acordo com Piaget (1932) se opõe à amizade e à confiança, ou seja, porque é contrária à reciprocidade e ao respeito mútuo, os sujeitos participantes que responderam "Não, porque é feio mentir" ou "Não, porque é muito mau",

segundo o mesmo autor, não compreendem o carácter anti-social da mentira, apenas percebem a mentira como algo errado em si mesmo e não avaliam as consequências que este comportamento pode ter para terceiros.

Outras interpretações emergiram para a aceitabilidade, vejamos que três participantes, de 10 e 12 anos, escreveram que "Sim, porque hoje em dia já ninguém dá castigos", o que segundo Piaget (1932), estes participantes encontram-se numa fase de responsabilidade objectiva, pois a mentira deixa de ser mal se suprimirem as sanções. Outros dois alunos, também com 10 anos, escreveram que se pode mentir "Às vezes, porque mentir pode ser muito mau, mas às vezes pode ser bom, para esconder coisas muito graves" e apenas um sujeito participante referiu que "Sim, às vezes é bom mentir porque os adultos mentem muito". Estas duas últimas transcrições vão ao encontro do que já explicitamos anteriormente, nas palavras de Crossman e colaboradores (2006), ou seja que as crianças aprendem a mentir através das pessoas que os rodeiam, de acordo com as características inerentes aos seus contextos socioculturais.

O castigo como consequência da mentira

O castigo é uma das punições utilizadas como consequência de uma mentira. De acordo com Piaget (1932), no que respeita às sanções, a criança numa fase de moralidade autónoma considera que as únicas sanções justas são aquelas que fazem o culpado arcar com as consequências dos seus erros, as que exigem uma restituição ou as que consistem num tratamento por reciprocidade. São as chamadas sanções por reciprocidade, sanções que podem ser classificadas de acordo com o seu grau de severidade.

Pela análise à Tabela 3, verificamos que a maioria, ou seja, 54 dos sujeitos participantes, entre os 10 e os 14 anos de idade, disseram que “Sim” ao merecimento do castigo sempre que se mente, tendo 22 justificado “porque mentir é feio”, 28 “... porque assim as pessoas aprendiam a não mentir, nunca se deve mentir” e nove participantes “... porque estamos a enganar as pessoas e a mentira tem perna curta”.

Tabela 3. *Frequência da consequência da mentira atribuída pelos sujeitos participantes*

Consequência da mentira	Ano de Escolaridade							Total	
	5º ano			6º ano					
	(*)1 0	11	12	11	12	13	14		
“Sim, porque mentir é feio”	1	10	0	2	8	1	0	22	
“Sim, porque assim as pessoas aprendiam a não mentir, nunca se deve mentir”	5	8	0	1	9	4	1	28	
“Sim, porque estamos a enganar as pessoas e a mentira tem perna curta”	3	2	0	3	1	0	0	9	
“Nem sempre, há mentiras de brincar e mentiras graves”	1	5	0	1	7	3	0	17	
“não porque depois a consciência de quem mente fica culpada e aí já tem o seu castigo”	0	1	0	0	0	0	0	1	
“Não porque não é com castigos que se aprende”	1	2	0	0	1	0	0	4	
Total (por idades)	11	28	0	7	26	8	1	81	
Total (por ano de escolaridade)		39			42				

* idade em anos

As restantes opiniões divergiram no sentido de cinco dos sujeitos participantes acharem que não se deve castigar sempre que se mente, onde um justificou “... porque depois a consciência de quem mente fica culpada e aí já tem o seu castigo” e os outros quatro

disseram "Não porque não é com castigos que se aprende". Houve dezassete sujeitos participantes que disseram que "Nem sempre" ao merecimento de castigo porque "há mentiras de brincar e mentiras graves".

De acordo com Piaget (1932), as crianças que estão nesta faixa etária propõem punições baseadas na ideia de prevenção, dado que já têm interiorizada a noção que mentir é errado, mesmo que sejam mentiras inofensivas, "nunca se deve dizer uma mentira, porque (...) irão sempre descobrir que era mentira." (Stott, 2005, p. 9). Como refere Crossman e colaboradores (2006, p. 703), a mentira pode assumir-se como "um aspecto comum e frequente das interacções sociais", ou seja, se por um lado o acto de mentir pode ser visto, como uma transgressão aos valores comuns que vigoram nas relações interpessoais, como a honestidade, lealdade, camaradagem (Piaget, 1932), por outro pode ser tido em conta com o intuito de ajudar alguém. Tal como nos disseram alguns sujeitos participantes, também Wilson e colaboradores (2003) afirmam que as mentiras podem ser distinguidas dos erros, das brincadeiras e das pretensões que os sujeitos queiram fazer chegar até ao outro.

Considerações Finais

A temática da mentira é na literatura considerada como algo que se rege por normas e convenções sociais que atende a funções de carácter social. É, assim, indiscutível que os pais e os educadores em geral são os principais modelos para as crianças, embora haja outros elementos da sociedade (ídolos, pares, etc.) que também contribuem para a formação dos valores e da personalidade de cada criança, pelo que a mentira pode assumir-se como uma estratégia de interacção social.

As crianças, sensivelmente a partir dos três anos de idade, já possuem competências de comunicação que lhes possibilitem inventar histórias e fábulas cada vez mais credíveis perante os seus ouvintes e frequentemente as situações acabam por ser tão reais, que as crianças são capazes de aceitar que estas aconteceram, mesmo sendo estas impossíveis aos olhos de um adulto. Progressivamente, a criança aprenderá a mentir para se defender de uma situação desagradável ou para não assumir a responsabilidade de um acto, com medo das consequências. Este é um tipo de mentira vulgar, mais até uma negação da verdade. Um outro tipo é a mentira para conseguir objectivos pessoais, ou seja, uma forma de alcançar o pretendido.

Podemos então dizer, de uma forma sucinta, que as crianças utilizam a mentira pelos mesmos motivos que os adultos com quem interagem, servindo a mentira, na maioria das vezes, como agente de socialização. Contudo, os educadores deverão promover na criança uma atitude clarificadora do significado de mentir, como uma falta ou transgressão moral que induz os outros em erro e que não pode ser uma forma de conseguir alcançar determinados objectivos ou de evitar a responsabilização dos actos realizados. E este é sem dúvida um tema actual e poderoso nos dias de hoje pela multiplicidade de situações geradoras de discussões para trabalhar nas aulas com os alunos valores e atitudes.

Referências Bibliográficas

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Crossman, A., Ph.D. & Lewis, M. (2006). Adults' Ability to Detect Children's Lying. *Behavioral Sciences and the Law*. Wiley InterScience. Vol. XXIV, 703- 715.
- Martins, D. (2007). *As Crianças e as Mentiras: Um Estudo no 2º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado (Não publicada). Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências.
- Perner, J. (1997) Children's Competency in Understanding the Role of a Witness: Truth, Lies, and Moral Ties. *Applied Cognitive Psychology*. Salzburg. Vol. XI, 21-35
- Piaget, J. (1932). *Le Jugement Moral Chez L' Enfant*. Paris: Press Universitaires de France.
- Stott, F. (2005). The Surprising TRUTH About Why Children LIE. *Scholastic Early Childhood Today*. New York. Vol. XIX (5), 8-9.
- Vivar, D. (2002). *La Mentira Infantil: Diagnóstico e Intervención Psicopedagógica*. Tesis Doctoral. (Sin publicación). Universidad de Málaga, Facultad de Ciencias de la Educación.
- Wilson, A., Smith, M. & Ross, H. (2003). The Nature and Effects of Young Children's Lies. *Social Development*. University of Waterloo. Vol. XII (1), 21-45.